

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.612 - SP
(2019/0073975-3)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : TILL INDUSTRIA METALURGICA EIRELI
ADVOGADOS : ALEXANDRE ANDREOZA - SP304997
PÂMELA REIS DE MELO - SP383589
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : RITA DE CASSIA CONTE QUARTIERI - SP092839
JÉSSICA GUERRA SERRA E OUTRO(S) - SP306821

DECISÃO

Vistos.

Fls. 343/346e – Trata-se de pedido de reconsideração apresentado por **TILL INDUSTRIA METALÚRGICA EIRELI**, no qual requer a manutenção dos honorários advocatícios de 10% (dez por cento), conforme fixado pelas instâncias ordinárias, excluindo-se a majoração de 15% (quinze por cento) determinada pela decisão de fls. 340/341e.

É o relatório. Decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

In casu, observo que a sentença, ao analisar a Ação Anulatória de Débito Fiscal proposta pela ora Requerente, julgou-a parcialmente procedente e, face a sucumbência recíproca, fixou os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa desde o ajuizamento, repartindo tal verba igualmente entre os patronos das partes.

Na forma como consignado na sentença, cada uma das partes deve pagar aos patronos 5% (cinco por cento) de honorários advocatícios sobre o valor atualizado da causa; verifico, ainda, que foi atribuído à causa, em 25.02.2015, o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Desse modo, forçoso concluir que não se revela desarrazoada a fixação de honorários recursais pela decisão de fls. 340/341e, uma vez que a majoração, em

Superior Tribunal de Justiça

desfavor da parte agravante, no importe de 15% (quinze por cento) sobre o valor já arbitrado representa um acréscimo de 0,75% (setenta e cinco décimos por cento) sobre o percentual fixado pelas instâncias ordinárias.

Portanto, os honorários advocatícios arbitrados na origem passam, em relação à Agravante, de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa, para 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco décimos por cento) sobre a mencionada base de cálculo.

Cumpre esclarecer, ainda, que, no que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou de improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal

Superior Tribunal de Justiça

elemento possa influir na sua quantificação.

Afigura-se irrelevante, portanto, *in casu*, para fins de fixação de honorários recursais, aferir se o recurso interposto teve ou não cunho protelatório.

Posto isso, **INDEFIRO** o pedido de reconsideração.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

